FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE SERGIPE

LARISSA COSME MACÊDO DE ALMEIDA

**RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DO ABANDONO
AFETIVO DO IDOSO**

**ARACAJU
2018**

LARISSA COSME MACÊDO DE ALMEIDA

**RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DO ABANDONO
AFETIVO DO IDOSO**

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito parcial de aprovação na disciplina TCC II do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe - FANESE.

Orientadora: Prof. Raissa Nacer Oliveira de Andrade

ARACAJU

2018

LARISSA COSME MACÊDO DE ALMEIDA

**RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DO ABANDONO
AFETIVO DO IDOSO**

Monografia apresentada como pré-requisito parcial de aprovação na disciplina TCC II do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe - FANESE.

Aprovada em: 06 / 12 / 18

Ressadeira

Orientador: Prof. Raissa Nacer Oliveira de Andrade
Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe - FANESE

CMS Nascimento

Prof. Me. Cristiana Maria Santana Nascimento
Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe - FANESE

Bruno Botelho Pereira

Prof. Esp. Bruno Botelho Pereira
Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe - FANESE

A447r

ALMEIDA, Larissa Cosme Macedo de.

Responsabilidade Civil Decorrente Do Abandono Afetivo do Idoso / Larissa Cosme Macedo de Almeida; Aracaju, 2018. 45 f.

Monografia (Graduação) – Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe. Coordenação de Direito

Elaborada pela Bibliotecária Lícia de Oliveira CRB-5/1255

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo verificar até onde o abandono afetivo do idoso pode causar um dano moral, ensejando a possibilidade de responsabilização civil dos filhos, pois a falta de atenção pode constituir um prejuízo, afetando diretamente a dignidade da pessoa humana. Tema bastante polêmico e um tanto inovador quando se fala em abandono do “idoso”, uma vez que a Carta Magna em seu artigo 229 determina que “Os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”. Sendo assim, para melhor discussão do tema, será realizada uma pesquisa documental e bibliográfica através de trabalhos de monografias, artigos científicos e livros, além de decisões processuais, com o intuito de transpor o conhecimento perpetrado pela doutrina e o preceito determinado pela lei.

Palavras-Chave: Abandono afetivo. Dano moral. Dignidade da pessoa humana. Idoso. Convivência familiar. Responsabilidade civil.

ABSTRACT

The objective of this study is to verify the extent to which the affective abandonment of the elderly can cause moral damage, allowing the possibility of civil responsibility of the children, because the lack of attention can constitute moral damage, directly affecting the dignity of the human person. This is a rather controversial and somewhat innovative theme when one speaks of abandoning the elderly, since Article 229 of the Magna Carta states that "Larger children have a duty to help and support their parents in old age, lack or illness." Thus, to better discuss the subject, a documentary and bibliographical research will be carried out through monographs, scientific articles and books, as well as procedural decisions, in order to transpose the knowledge perpetrated by the doctrine and the precept determined by law.

Keywords: Emotional abandonment. Moral damage. Dignity of human person. Old man. Family living. Civil responsibility.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A FAMÍLIA DO DIREITO CIVIL BRASILEIRO	11
2.1 Evolução Histórica Da Família	11
2.2 Conceito de família	12
2.3 Princípios norteadores do Direito de Família Brasileiro	16
2.3.1 Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.....	17
2.3.2 Princípio da Afetividade	18
2.3.3 Princípio da Solidariedade Familiar	18
2.4 O estado de filiação e os deveres recíprocos entre pais e filhos	19
3 A PROTEÇÃO NORMATIVA DO IDOSO	22
3.1 O conceito de Idoso	22
3.2. O Idoso e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana	22
3.3 A constituição federal e o princípio da solidariedade	23
3.4 O aumento da população Idosa no Brasil	24
3.5 O Estatuto do Idoso	25
4 A ADMISSIBILIDADE DA RESPONSABILIDADE CIVIL POR ABANDONO AFETIVO DO IDOSO	27
4.1 Conceito de responsabilidade civil	27
4.2 Espécies.....	27
4.2.1 Responsabilidade contratual e extracontratual	29
4.2.2 Responsabilidade subjetiva e objetiva	29
4.3 Pressupostos: ato ilícito/culpa, nexo causal e dano	30
4.3.1 Ato ilícito/Culpa	30
4.3.2 Nexo causal	31
4.3.4 Dano	32
4.4 Análise jurisprudencial acerca de responsabilização civil por abandono afetivo.	33
4.5 A Responsabilidade civil decorrente do abandono afetivo dos ascendentes idosos.....	37
5 CONCLUSÃO	40
REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

Considerando o acentuado aumento da população idosa no Brasil, surge com o advento do Estatuto do Idoso, Lei 10.741 de 1º de outubro de 2003, onde seu principal objetivo está em resguardar os direitos básicos da pessoa idosa. Adotou-se, portanto, no Brasil o critério cronológico, objetivo, apresentado por Vilas Boas.

A figura do idoso poderia até ser controvertida se não existisse uma nomenclatura própria em lei, definida no exercício legislativo de 2003. A Lei n. 10.741, de 1º de outubro, no ano citado (que dispõe sobre o Estatuto do Idoso), já estabeleceu de forma lacônica, que o idoso é a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Como fez a lei citada, não se imprimiu para a configuração do idoso, a diferença de sexo, condição social ou outras variantes denotativas da individualidade humana (VILAS BOAS, 2014, p. 14).

Diante disto, a importância deste tema está em observar o abandono afetivo dos filhos perante os pais idosos, ou seja, o abandono afetivo inverso, que é aquele em que os filhos abandonam os pais, justamente quando estes mais precisam, na velhice.

A responsabilidade civil por abandono afetivo é um tema polêmico e que ensejam muitas discussões sobre a possibilidade de aplicação no Direito de Família, principalmente no que tange aos princípios da dignidade da pessoa humana, da afetividade e da solidariedade.

O princípio da solidariedade, objetivo geral da República Federativa do Brasil, assegura o dever de proteção aos membros da família, a proteção ao idoso, a criança e ao adolescente, nos artigos 227, 229 e 230. Assim como o princípio da dignidade da pessoa humana, pois através dele nascem todos os outros direitos.

O direito dos idosos está fundamentado na constituição Federal de 1988, em seu artigo 230 §§ 1º e 2º, na Lei Orgânica da Assistência Social, (Lei 8.742 de 07.12.1993) Política Nacional do Idoso (Lei 8.842 de 04.01.1994) no Estatuto do Idoso (Lei 10.741 de 01 de outubro de 2003) e no Código Civil de 2002.

Entretanto, apesar do ordenamento jurídico brasileiro trazer o direito a convivência familiar, nota-se, em muitos casos, o abandono da pessoa idosa por parte dos seus filhos.

Sendo assim, o objetivo geral do presente estudo está em verificar até onde o abandono afetivo do idoso pode causar um dano moral, ensejando a possibilidade

de responsabilização civil dos filhos, pois a falta de afeição pode constituir dano moral, afetando diretamente a dignidade da pessoa humana.

Os objetivos específicos buscarão:

- Analisar os princípios, a fim de conceituar o abandono afetivo do idoso;
- Identificar a possibilidade de responsabilização civil por dano moral, decorrente do abandono afetivo;
- Averiguar a posição dos doutrinadores e jurisprudências sobre a obrigação de indenização;
- Identificar os danos decorrentes de abandono afetivo;

O presente estudo trata de uma pesquisa bibliográfica e documental de caráter exploratório, que será feita através do método dedutivo, analisando bibliografias físicas e virtuais, utilizando a comparação das teorias dos principais autores do Direito e jurisprudências que versem sobre o tema. Após toda a análise documental e bibliográfica será realizado uma análise textual e crítica para a conclusão do trabalho de pesquisa.

A relevância social e jurídica da temática abordada surge ao proporcionar um estudo aprofundado acerca do direito do idoso à convivência familiar, utilizando-se dos princípios existentes no ordenamento jurídico, ressaltando o direito dos idosos. Em consequência, estimular a sociedade, a denunciar casos de abandono afetivo do idoso, através desse conhecimento.

O presente trabalho será dividido em cinco capítulos, onde abordará a temática proposta.

O primeiro capítulo se presta a esboçar a cerca da evolução histórica da família, seu conceito, os princípios norteadores do direito de família brasileiro, bem como o estado de filiação e os deveres recíprocos entre pais e filhos e o Por fim, em face da relevância para a temática deste trabalho será analisado o dever de amparo aos idosos.

Já no segundo capítulo é apresentada uma visão geral acerca da proteção normativa do idoso relacionando com alguns princípios norteadores do direito.

Por fim, o terceiro e último capítulo far-se-á uma breve abordagem sobre a Responsabilidade Civil, seu conceito, pressupostos e elementos com objetivo de mostrar a ilicitude dos atos e sua devida reparação, sua abrangência e sua entrada no Direito de Família. Além disso, será feita uma análise jurisprudencial a cerca da

possibilidade da reparação do abandono afetivo e sua fundamentação jurídica, baseada nos princípios, jurisprudências e doutrinas.

Portanto, busca-se através dos mecanismos da responsabilidade civil, efetivar os direitos assegurados no ordenamento jurídico e, principalmente, garantir o princípio da dignidade da pessoa humana.

2 A FAMÍLIA DO DIREITO CIVIL BRASILEIRO

2.1 Evolução Histórica Da Família

Em outros tempos, a família tinha um modelo predominantemente patriarcal, onde todos os membros da família assumiam obrigações morais entre si, sempre existindo a figura do chefe de família, além, é claro, do papel reprodutivo, concomitantemente, responsável por todas as tomadas de decisões.

Importante salientar que nesta época o matrimônio era somente visto como fortalecimento econômico, pois de fato as uniões entre as pessoas não se davam pela afeição ou empatia, mas sim eram escolhidos pelos seus patriarcas e obrigado por eles a contrair núpcias e honrar o nome da família.

Nesse sentido, em seus ensinamentos, afirma Gonçalves:

O pater exercia sua autoridade sobre todos os seus descendentes não emancipados, sobre a sua esposa e as mulheres casadas com manus com os seus descendentes. A família era, então, simultaneamente, uma unidade econômica, religiosa, política e jurisdicional. O ascendente comum vivo mais velho era, ao mesmo tempo, chefe político, sacerdote e juiz. Comandava, oficiava o culto dos deuses domésticos e distribuía justiça. Havia, inicialmente, um patrimônio familiar, administrado pelo o pater. Somente numa fase mais evoluída do direito romano surgiram patrimônios individuais, como os pecúlios, administrados por pessoas que estavam sob a autoridade do pater (GONÇALVES, 2011, p. 31).

Os clãs foram às primeiras entidades familiares aos quais eram unidas por laços sanguíneos de parentescos, compartilhando de uma identidade cultural e patrimonial. Em suma, possuía uma forma de troca de interesses com cunho negocial.

Assim, com o crescimento populacional e territorial desses clãs, foram criadas as primeiras tribos, formada basicamente pela relação de parentesco sanguíneo, surgindo assim às primeiras sociedades humanas organizadas, dando origem à expressão família através dessas organizações sociais.

Nesse diapasão, Miranda explica:

O termo “família” advém da expressão latina *famulus*, que significa “escravo doméstico”, que designava os escravos que trabalhavam de forma legalizada na agricultura familiar das tribos ladinas, situadas onde hoje se localiza a Itália (MIRANDA, 2001, p. 57/58).

Por muito tempo, a família era formada por meio dos costumes, no entanto, através do direito romano, a família passou a estabelecer seus princípios normativos, colocando o casamento com sua base. Dessa maneira a Igreja católica passou a considerar o casamento como um sacramento, alegando que por meio do direito canônico à família somente poderia surgir através do casamento.

Segundo Costa (2017), a família como instituição tornou-se a peça fundamental da sociedade com o afastamento das interferências da igreja. Assim, iniciou-se a mudança da figura do patrimonialismo, perdendo o caráter econômico, transformando-se em uma estrutura afetiva.

A partir do século XIX, passou-se a introduzir um novo modelo de família, a contemporânea, com as Revoluções Francesa e Industrial, onde se vivia um enorme processo de crise e renovação.

Com essa evolução social, o sentido de família passou a valorizar a convivência entre seus membros, arquitetando um lugar onde é possível integrar sentimentos, esperanças e valores. Nesse sentido, o foco levado em consideração são as relações interpessoais.

Desta forma, a família contemporânea caracteriza-se pela diversidade, tendo como objeto principal a busca pelo afeto e felicidade. Assim, abre-se espaço para filiação socioafetiva, através do amor e da convivência.

2.2 Conceito de família

O conceito de família no Código de 1916 tinha como fundamento para constituição de família a consanguinidade e o casamento, tendo como fonte geradora de suas normas básicas. No entanto, como o passar dos anos, a nova concepção de família desvinculou o modelo originário baseado no casamento, sexo e procriação. A nova concepção passou a ter como base os valores, afetividade, amor e o carinho. Desta forma, permite-se que a entidade familiar seja vislumbrada através de novas possibilidades, uma vez que o afeto passa a ser pressuposto da constituição dessas relações.

Após a promulgação da Carta Magna de 1988, que apresentou uma atual definição de família, exclui-se o entendimento que envolvia o direito, de que a exclusiva e única composição da família era por meio do casamento, onde dispõe o seu art. 226 que: “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.”, onde prevê o § 4º que: “Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”.

O rol do artigo 226 da Constituição Federal de 1988 é meramente exemplificativo, pois modernamente doutrina e jurisprudências não estão se limitando a compreensão de família prevista no texto constitucional, admitindo novas modalidades que vem surgindo com a dinâmica das relações sociais. Assim, notadamente, têm se reconhecido o pluralismo de entidades familiares.

Observando a atual realidade da sociedade é admissível verificar que há outras concepções do instituto da família a exemplo da eudemonista, paralela, pluriparental ou mosaica, anaparental e homoafetiva. Nos dias atuais, o direito que deve ser amparado é de todas as famílias, que possuem novos direitos em razão do que prevê a Constituição, que não definiu o que seria a família, dando este encargo as demais ciências, para apresentar essa definição.

Como já explanado, nos últimos séculos, o conceito de família tem passado por constantes alterações evidenciando o afeto como essencial para a sua constituição, bem como, explana em síntese a necessidade do reconhecimento das suas novas modalidades pelo ordenamento jurídico.

Nesse viés, Teixeira (2009, p. 2) afirma, “vivemos em uma época que não só a família, mas também a sociedade, se distancia da estrutura patriarcal e do conservadorismo, quebrando-se as resistências às mudanças sociais, culturais e políticas”.

Sendo assim, iremos tratar dos tipos de família que se constituíram ao longo das décadas com a evolução social.

A família eudemonista é aquela decorrente do afeto, ou seja, do convívio de pessoas por laços afetivos, buscando atingir a felicidade individual. Conforme Maria Berenice Dias:

Surgiu um novo nome para essa tendência de identificar a família pelo seu envolvimento efetivo: família eudemonista, que busca a felicidade individual vivendo um processo de emancipação de seus membros. O eudemonismo é a doutrina que enfatiza o sentido de busca pelo sujeito de sua felicidade. A absorção do princípio eudemonista pelo ordenamento altera o sentido da proteção jurídica

da família, deslocando-o da instituição para o sujeito, como se infere da primeira parte do § 8º do art. 226 da CF: o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos componentes que a integram (DIAS, 2007, p. 52/53).

A família paralela é aquela que afronta a monogamia, através de vínculo matrimonial ou de união estável.

Diferentemente do concubinato, na família paralela, um dos integrantes participa como cônjuge em mais de uma família, já no concubinato existe tão somente uma única família.

Portanto, Maria Berenice Dias (2007), para a sociedade trata-se a união paralela como motivo de repúdio.

A família pluriparental ou mosaica, trata-se de entidade familiar que surge com o desfazimento de anteriores vínculos familiar, sendo a criação de novos vínculos. Sobre esse tipo de família Dias (2007, p. 47): “de forma bastante feliz, refere que família pluriparental resulta de um mosaico de relações anteriores (...)”.

A família anaparental é aquela que possui vínculo de parentesco, entretanto, não possui vínculo de ascendência e descendência. Importante ressaltar que a família anaparental não é formada apenas por parentes, podendo, também, ser formada, por exemplo, por meros amigos ou conhecidos.

Nesse sentido, Dias explica: “A convivência entre parentes ou entre pessoas, ainda que não parentes, dentro de uma estruturação com identidade de propósito, impõe o reconhecimento da existência de entidade familiar batizada com o nome de família anaparental.” (DIAS, 2007, p. 46).

Por fim, a família homoafetiva é a relação afetiva de pessoas do mesmo sexo, as quais se unem para a constituição de vínculo familiar, tendo características similares a da união estável.

A família homoafetiva “surge no meio social como decorrência da maior liberdade conferida aos indivíduos, é fruto da ruptura de um padrão moral, arcaico, abalizado, principalmente, no preconceito” (CRISAFULLI, 2011, p. 62).

Cumprido destacar que ao legislador não compete fazer juízo valorativo a respeito destas Uniões, em atenção ao princípio da dignidade da pessoa humana, devendo disciplinar estas “relações jurídicas de afeto” e suas consequências no mundo jurídico.

Nesse sentido, Gonçalves assevera:

[...] família é uma realidade sociológica e constitui a base do Estado, o núcleo fundamental que repousa toda a organização social. Em qualquer aspecto que é considerada, aparece a família como uma instituição necessária e sagrada, que vai merecer mais e mais ampla proteção do Estado. A Constituição Federal e o Código Civil a ela se reportam e estabelecem a sua estrutura, sem, no entanto defini-la, uma vez que não há identidade de conceitos tanto no direito como na sociologia. Dentro do próprio direito a sua natureza e a sua extensão variam, conforme o ramo (GONÇALVES, 2009, p. 25).

O Direito Civil moderno, entretanto, passou a considerar membros da família pessoas unida por relação conjugal ou de parentesco o que, por sua vez, é definido pelas legislações existentes. E nestes casos, as relações munidas de afeto são as que têm recebido atenção para fins de entendimento conceitual do que vem a ser considerada, de fato, família.

O direito de família estuda, em síntese, as relações das pessoas unidas pelo matrimônio, bem como daquelas que convivem em uniões sem casamento; dos filhos e das relações destes com os pais, da sua proteção por meio da tutela e da proteção dos incapazes por meio da curatela (VENOSA, 2010, p. 16).

Desta maneira, são reguladas as relações pessoais, patrimoniais e assistenciais entre os membros da família. O Direito da Família, possui forte caráter moral e ético e o casamento ainda é instituto importante no direito familiar.

Silvio Rodrigues leciona que:

Num conceito mais amplo poder-se-ia definir a família como a formada por todas aquelas pessoas ligadas por vínculo de sangue, ou seja, todas aquelas pessoas provindas de um tronco ancestral comum; o que corresponde a incluir dentro da órbita da família todos os parentes consanguíneos. (RODRIGUES, 2006, p. 14)

Avaliando de forma ampla, é compreendida pelos ascendentes, descendentes e colaterais. De forma restrita, entende-se como família apenas o núcleo formado por pais e filhos sob seu pátrio poder (RODRIGUES, 2006).

Vale ressaltar que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 226, parágrafo 4º, regulamentou a família monoparental, constituída apenas por um dos pais e seus descendentes, a saber: “Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade familiar formada por qualquer dos pais e seus ascendentes” (BRASIL, 1988, p. 5).

Em estudo sociológico, Venosa (2010) entendeu que a sociologia emprestou o conceito de família, no qual explana que família é a integração de pessoas que vivem sob um mesmo teto, sob a autoridade de alguém. É definição herdada do direito romano, que ressalta a figura do pater famílias. Porém, o sentido atual de família, nas civilizações ocidentais, afasta-se cada vez mais da ideia de poder e supremacia da vontade de um dos membros familiares, igualando-se os direitos familiares.

Compreende-se que a família é formada pelos vínculos de afetividade. O termo afeto, possui o sentido de fabricar, abalar o espírito, atuar, opera, fabricar impressão e, complementando, prender, atrelar, ou seja, observa-se que a conceituação é bem distinta da remota definição de que família era apenas aquela derivada do matrimônio e a biológica.

Por conta da transformação da coletividade, fica evidentemente notório que esta transformação não acontece de forma repentina, mas com a edificação da doutrina e da jurisprudência, a direção seria de que mais transformações ocorram durante muitos anos.

2.3 Princípios norteadores do Direito de Família Brasileiro

Devemos analisar o Direito de Família sob o aspecto constitucional, pois esse ramo do direito visa verificar um tratamento das pessoas em detrimentos dos seus devidos bens, ou seja, busca-se harmonizar a igualdade plena entre esses indivíduos.

Neste sentido, pode-se destacar que além do ramo do Direito de Família, todo o ordenamento jurídico tem como objetivo a proteção da pessoa como parte fundamental da sociedade.

Sendo assim, os princípios servem como ponto de partida, trazendo sustento para ordenamento jurídico através de regras e preceitos.

Carlos Roberto Gonçalves diz que:

O Direito de Família é o mais humano de todos os ramos do direito e em razão disto, e também pelo sentido ideológico e histórico de exclusões, é necessário pensá-lo atualmente com a ajuda e pelo ângulo dos direitos humanos, cuja base e ingredientes estão

diretamente relacionados à noção de cidadania (GONÇALVES, 2009).

Nesse passo, faremos uma análise de alguns princípios do Direito de Família, destacando os com maior importância e relevância, já que os princípios do direito de família não são taxativos.

2.3.1 Princípio da Dignidade da Pessoa Humana

Buscando entender o significado de dignidade da pessoa humana, Dias (2012, p.62) assim expõe: “O princípio da dignidade humana é o mais universal de todos os princípios. É um macroprincípio do qual se irradiam todos os demais: liberdade, autonomia privada, cidadania, igualdade, uma coleção de princípios éticos.”

Neste diapasão, tal princípio está expressamente previsto no art. 1º da Constituição Federal Brasileira de 1988:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
[...]
III - a dignidade da pessoa humana; (BRASIL, 1988, p. 5)

Este princípio tem como base a convivência familiar harmônica entre os membros da entidade familiar.

Para Sarlet (2004, p. 52) “a doutrina destaca o caráter intersubjetivo e relacional da dignidade da pessoa humana, sublinhando a existência de um dever de respeito no âmbito da comunidade dos seres humanos.”, no sentido de que cada indivíduo possa desenvolver suas qualidades sociais e pessoais.

Assim, podemos observar que este princípio é a base do ordenamento jurídico brasileiro, sendo considerado o de maior abrangência, pois é através dele que surgiram os demais princípios do Direito de Família.

2.3.2 Princípio da Afetividade

Este princípio está implícito na Constituição Federal em diversas previsões normativas, trata-se de um aspecto fundamental nas relações familiares atuais.

Segundo Gagliano e Filho (2017, p. 1124, grifo do autor) a afetividade nos modelos de famílias atuais se torna elemento basilar sendo indispensável para constituição da família. E complementam os autores aludindo que [...] “a comunidade de existência formada pelos membros de uma família é moldada pelo liame socioafetivo que os vincula, sem aniquilar as suas individualidades”.

Nesse sentido, podemos encontrar ligação direta com o princípio da dignidade da pessoa humana, pelo fato da maioria dos doutrinadores tê-lo como um princípio que possibilita a diminuição da hierarquia familiar, ou seja, a uma família muito mais unida e ligada ao afeto entre os seus membros.

Para Rolf Madaleno:

O afeto é a mola propulsora dos laços familiares para dar sentido e dignidade à existência humana. Nos vínculos de filiação e parentesco a afetividade deve estar sempre presente, pois os vínculos consanguíneos não se sobrepõem aos liames afetivos, ao contrário, a afetividade pode sobrepor-se aos laços consanguíneos (MADALENO, 2011).

Sendo assim, o afeto é de suma importância para que se alcance dentro do ambiente familiar, por se tratar de um princípio inevitável das relações nesse meio.

2.3.3 Princípio da Solidariedade Familiar

A solidariedade trata-se do simples ato de bondade gratuita, ou seja, está intimamente ligada a demonstração de afeto. Assim, há uma ligação direta com a afetividade e a prestação de assistências aos que mais necessitam.

Para Rolf Madaleno:

A solidariedade é princípio e oxigênio de todas as relações familiares e afetivas, porque esses vínculos só podem se sustentar e se desenvolver em ambiente recíproco de compreensão e cooperação, ajudando-se mutuamente sempre que se fizer necessário (MADALENO, 2011).

No Princípio da Solidariedade Familiar, a relação jurídica dar-se-á através de auxílio, ou seja, para a família será o “Direito de compromisso”, tanto dos pais para com os filhos, quanto dos filhos para com os pais na velhice, no sentido do dever de cuidar, dando a devida assistência, amparando e protegendo. Havendo então uma mutua assistência entre pais e filhos.

Corroborando tal entendimento Madaleno (2011) explica que a ajuda mútua deve ser prestada sempre que for necessário, visto que os vínculos familiares só podem se sustentar e se desenvolver em ambiente recíproco de compreensão e cooperação. Nesse contexto, afirma que a solidariedade deve ser considerada, então, o oxigênio de todas as relações familiares e afetivas.

2.4 O estado de filiação e os deveres recíprocos entre pais e filhos

A filiação trata-se de uma relação de parentesco consanguíneo ou não, em linha reta de primeiro grau, ou seja, uma relação jurídica existente entre ascendentes e descendentes, como por exemplo, pais e filhos.

Para Carlos Roberto Gonçalves:

Filiação é a relação de parentesco consanguíneo, em primeiro grau e em linha reta, que liga uma pessoa àqueles que a geraram, ou a receberam como se a tivessem gerado. Todas as regras sobre parentesco consanguíneo estruturam-se a partir da noção de filiação, pois a mais próxima, a mais importante, a principal relação de parentesco é a que se estabelece entre pais e filhos (GONÇALVES, 2016, p. 318).

Ademais, a Constituição Federal de 1988: “Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade” (BRASIL, 1988, p. 75).

Basicamente, o dispositivo acima referido, abrange os cuidados de cunho afetivo, intrínsecos às relações entre pais e filhos.

Essa relação acarreta tanto aos pais em relação aos descendentes como aos filhos em relação aos ascendentes o dever de cuidado, que geram direitos e deveres, pouco importando a natureza jurídica dos sujeitos na relação, ou seja, o conceito de relação familiar é a

mais ampla possível, de maneira agregar a filiação biológica, adotiva ou mesma a afetiva (AQUINO, 2015, p. 3).

filiação é a relação que o fato da procriação estabelece entre duas pessoas, uma das quais nascidas da outra. Chama-se paternidade, ou maternidade, quando considerada com respeito ao pai, ou à mãe, e filiação, quando do filho para qualquer dos genitores (MIRANDA, P., 2000, p. 45).

Dispõe o parágrafo 6º do artigo 227 da Constituição Federal de 1988 que, in verbis: “Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”.

Diante da equiparação constitucional, prevista no artigo acima mencionado, o artigo 1.593 do Código Civil abrange aqui a filiação socioafetiva, a reprodução assistida heteróloga, entre outras - os mesmos direitos e deveres oriundos da filiação biológica.

Sendo assim, o vínculo de parentesco estabelece-se por linhas e a contagem se faz por graus. Podendo ser por linha reta ascendente ou descendente (artigo 1.591 do Código Civil) ou por linha colateral (artigo 1.592 do Código Civil).

Vale ressaltar, que diante de todas as formações familiares contemporâneas, independente de vínculo sanguíneo, civil ou socioafetivo todos possuem os mesmos direitos e obrigações, prevalecendo o princípio da dignidade da pessoa humana e o da igualdade, não podendo sofrer discriminação.

Portanto, é de suma importância que as pessoas dentro da família constituam vínculos de afetividade para o bem-estar do ser humano, pois o convívio familiar desenvolve e fortalece o indivíduo.

Assim, está claro que a ausência de afetividade entre pai e filho caracterizando abuso de direito, ensejando assim o direito a devida reparação civil.

Neste viés, O Estatuto do Idoso, traz em seu art. 3º, parágrafo único, V, art. 4º e art. 10, parágrafo primeiro:

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito a vida, a saúde, a alimentação, a educação, a cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, a cidadania, a liberdade, a dignidade, ao respeito e a convivência familiar e comunitária.
Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

V – priorização do atendimento ao idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar exceto dos que não a possuam, ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência.

Art. 4º Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei.

Art. 10 É obrigação do estado e da sociedade assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na constituição e nas leis.

§ 1º O direito à liberdade compreende, entre outros, os seguintes aspectos:

V – participação na vida familiar e comunitária; (BRASIL, 2003, p. 1137/1138).

Desta forma, é notório o dever familiar em resguardar a dignidade da pessoa humana, sob pena de configurar um ato lesivo passível de reparação civil.

Assim, os filhos têm para com os pais, as mesmas obrigações que os pais tiveram com seus filhos, antes da velhice. Conforme já elencado no artigo 229 da Constituição Federal.

3 A PROTEÇÃO NORMATIVA DO IDOSO

3.1 O conceito de Idoso

Através do Estatuto do Idoso, Lei 10.741 de 01 de outubro de 2003, em seu artigo 1º considerada idosa a “pessoa com idade igual ou superior a 60 anos”. Vale-se observar que o único critério utilizado é a idade.

No Brasil, com o advento do Estatuto do Idoso, adotou-se o critério cronológico, objetivo, ou seja, definindo a pessoa idosa com idade igual ou superior ao limite preestabelecido. Na visão de Agustini (2003) esse critério continua sendo o mais utilizado quando existe a necessidade de delimitar a população a ser estudada, seja do ponto de vista epidemiológico ou administrativo, ou para comparação de dados.

A própria Política Nacional do Idoso, Lei 8.842 de 4 de janeiro de 1994, adotou novamente o critério cronológico : “Art. 2º Considera-se idoso, para os efeitos desta Lei, a pessoas maiores de sessenta anos de idade”.

3.2. O Idoso e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana

As constituições anteriores a de 1988, não trouxeram uma evolução na proteção ao idoso, mantendo apenas o que foi abordado na Constituição de 1934, ou seja, não trataram a velhice sob o aspecto da dignidade da pessoa humana.

Nesse sentido, Ramos explica:

Assim, diante de um quadro em que os direitos humanos nunca foram considerados, as Constituições brasileiras, anteriores a de 1988, não privilegiaram, nem formalmente, o direito a velhice digna como direito humano fundamental de todo cidadão brasileiro. Trataram, quando muito, da velhice apenas na parte da Ordem Econômica e Social, e somente a partir de 1934 (RAMOS, 2014, p. 98).

A dignidade da pessoa humana, dentro das relações familiares é tida como macro princípio, devendo então promover o respeito mútuo entre seus entes. Para Rodolf Madaleno:

O Direito de Família tem a sua estrutura de base no princípio absoluto da dignidade humana e deste modo promove a sua ligação com todas as outras normas ainda em vigorosa conexão com o direito familista, pois configurando um único sistema e um único propósito, que está em assegurar a comunhão plena de vida, e não só dos cônjuges, dos unidos estavelmente, mas de cada integrante da sociedade familiar. (MADALENO, 2011, p. 42).

Roger Raupp Rios, ao tratar do tema, explica:

o princípio jurídico da proteção da dignidade da pessoa humana tem como núcleo essencial a idéia de que a pessoa é um fim em si mesmo, não podendo ser instrumentalizada ou descartada em função das características que lhe conferem individualidade e imprimem sua dinâmica pessoal. O ser humano, em virtude de sua dignidade, não pode ser visto como meio para a realização de outros fins (RIOS, 2002. p. 484/485)

Assim, através da Constituição Federal de 1988, com base no princípio da dignidade da pessoa humana, o idoso não seria mais excluído da sociedade, tendo de maneira singela, seus direitos garantidos.

3.3 A constituição federal e o princípio da solidariedade

Sendo um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, o princípio da solidariedade encontra-se expresso no artigo 3º, inciso I da Carta Magna:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; (BRASIL, 1988, p. 5).

Este princípio extrapola o mundo jurídico e atinge as relações pessoais, pois acaba refletindo nas relações familiares, tendo como origem direta os vínculos afetivos, implicando em respeito mutuo entre os membros de uma mesma família.

Todavia, na busca para um mundo melhor, sem individualismo, utilizamos o princípio da solidariedade, adentrando no ordenamento jurídico, buscando consigo “significado ao próximo, correlacionando-se, pois, a um modo de despertar a

intencionalidade humana em reconhecer a existência do outro, porque conduz o comportamento à consciência perceptiva do seu ambiente social” (CARDOSO, 2010, p. 109).

Assim, a Constituição Federal de 1988, traz no texto da lei, dois artigos que merecem destaque, para que possamos entender que o dever de amparo aos pais na velhice está resguardado com todo um cuidado.

“Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade” (BRASIL, 1988, p. 75).

No caso do artigo 230, observa-se o dever de apoio familiar perante as pessoas idosas:

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º - Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º - Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

Portanto, dentro da ideia do princípio da dignidade da pessoa e o da solidariedade, verifica-se que ambos estão em consonância com a Constituição, servindo de base para as relações familiares, no sentido de que a família é a principal fonte de afeto e solidariedade.

3.4 O aumento da população Idosa no Brasil

Os últimos dados divulgados pela Agência IBGE (2018), no ano de 2017, a população brasileira vem mantendo a tendência de envelhecimento desde 2012, ganhando 4,8 milhões de idosos, superando a marca dos 30,2 milhões em 2017.

Por se tratar de um fenômeno global, com o aumento da população de idosos, o Brasil está passando por um processo de transição demográfica.

Na comparação entre os anos de 2012 e 2017, o grupo da terceira idade aumentou em todas as unidades da federação. Sendo que em 2012, a população com 60 anos ou mais era de 25,4 milhões. As mulheres são maioria expressiva

nesse grupo, com 16,9 milhões (56% dos idosos), enquanto os homens idosos são 13,3 milhões (44% do grupo).

Dessa forma, em seu artigo Mercadante cita Beauvoir:

A velhice é uma totalidade complexa, e é impossível se ter uma compreensão da mesma a partir de uma descrição analítica de seus diversos aspectos. Cada um dos aspectos reage sobre todos os outros e é somente a partir da análise do movimento indefinido da circularidade relacional dos vários elementos que se pode apreender da velhice. (1999, p.56)

Assim, tal averiguação desperta a necessidade de uma maior atenção ao processo de envelhecimento, buscando políticas voltadas ao bem estar do idoso.

3.5 O Estatuto do Idoso

O Estatuto do idoso veio para ampliar direitos trazendo consigo questões fundamentais como efetivação dos direitos à vida, à educação, à saúde, à alimentação, ao esporte, à cultura, à cidadania, ao trabalho, ao lazer, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária dos idosos.

Trata-se então de um microsistema legislativo, vislumbrando regras e diretrizes materiais e processuais, buscando sempre a proteção à pessoa idosa. Como previsto no art. 8º da Lei 10.741/2003, segundo o qual “o envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente”.

No entanto, a garantia de somente envelhecer não é suficiente, assim é necessário o direito de envelhecer com dignidade.

O Artigo 43 merece destaque:

Art. 43. As medidas de proteção ao idoso são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:
I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
II – por falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento;
III – em razão de sua condição pessoal (BRASIL, 2003, p.1140).

Todavia, o Estatuto do idoso insere a real conquista social, garantindo e assegurando os direitos inerentes à condição de pessoa idosa, cabendo ao Estado,

à família e à sociedade, meios para efetivação desses direitos. Tornando-se cada vez mais nítida a preocupação de proteger os direitos básicos, bem como a necessidade de responsabilização por ofensa a estes direitos.

Desta maneira, o Estatuto do Idoso trouxe consigo atribuições já existentes na Carta Magna, em relação a responsabilidade de amparo aos pais idosos, pois como os pais são responsáveis em apagar seus filhos. Nada mais justo, que em contrapartida, os filhos também o sejam quando os pais necessitam.

Assim, o ordenamento jurídico deixa claro que existe um dever recíproco entre pais e filhos. Essa obrigação está exposta nos princípios constitucionais que versam sobre o Direito de família e nos dispositivos legais.

Desta forma, verifica-se que o idoso está amplamente amparado pela legislação, cabendo a todos, família, Estado e sociedade zelar para que sejam cumpridos em sua totalidade.

Portanto, qualquer violação a essas garantias poderá ser os filhos responsabilizados civilmente na forma da lei.

4 A ADMISSIBILIDADE DA RESPONSABILIDADE CIVIL POR ABANDONO AFETIVO DO IDOSO

É de suma importância dissertar sobre responsabilidade civil, na tentativa conceitual, trazendo seus pressupostos e elementos, frisando a possibilidade de responsabilização através do direito de família e suas vertentes ao abandono afetivo da pessoa idosa, podendo assim causar o direito de indenizar.

4.1 Conceito de responsabilidade civil

Segundo Silvio Rodrigues “A responsabilidade civil é a obrigação que pode incumbir uma pessoa a reparar o prejuízo causado a outra, por fato próprio, ou por fato de pessoas ou coisas que dela dependam” (RODRIGUES, 2003, p. 6).

Assim, conforme ensinamentos de Gagliano e Filho (2013), a responsabilidade civil é um dano causado, decorrente de um ato ilícito, seja ele culposos ou doloso, tendo como objetivo o dever de reparar.

Nesse mesmo sentido, o doutrinador Flávio Tartuce, afirma que: “A responsabilidade civil surge em face do descumprimento obrigacional, pela desobediência de uma regra estabelecida em um contrato, ou por deixar determinada pessoa de observar um preceito normativo que regula a vida.” (TARTUCE, 2011, p. 392).

4.2 Espécies

São duas as espécies de responsabilidade civil que a doutrina divide, sendo a primeira classificação quanto à natureza da norma violada, surgindo a responsabilidade civil contratual e extracontratual e a outra classificação quanto à culpa como elemento da obrigação de reparar o dano, sendo a responsabilidade civil subjetiva e objetiva.

A responsabilidade civil subjetiva é aquela pela qual o dano contra a vítima foi causado por culpa do agente, já a responsabilidade objetiva configura-se como sendo aquela que tem, por fundamento, a teoria do risco, onde não existe a

obrigação de provar a culpa para que prevaleça o dever de indenizar. Entretanto, ambas enquadram-se no dever de indenizar e reparar o dano causado, distinguindo-se no que diz respeito à existência ou não de culpa por parte do agente que causou o dano experimentado pela vítima.

Conforme o art. 927, *caput*, do Código Civil, aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, está obrigado a repará-lo; o que esclarece as características para existência da responsabilidade civil subjetiva como regra do Código atual. Desse modo, o ato ilícito, o dano a outrem e a culpa, caracterizam-se como a base da existência da responsabilidade civil subjetiva.

Entende Fabio Ulhoa Coelho (2012, p. 598) que por ser uma obrigação derivada de ato ilícitos, o sujeito que venha a incorrer na ilicitude recai o dever de indenizar, devido a conduta que fora praticada e os prejuízos que foram causados a outrem. Nesse caso a prestação será quitada monetariamente no valor correspondente aos prejuízos patrimoniais e, de forma compensatória, os prejuízos extrapatrimoniais.

A teoria do risco é o fundamento para a responsabilidade civil objetiva, sendo resumida por Sergio Cavalieri nas seguintes palavras: “Todo prejuízo deve ser atribuído ao seu autor e reparado por quem o causou independente de ter ou não agido com culpa. Resolve-se o problema na relação de nexos de causalidade, dispensável qualquer juízo de valor sobre a culpa” (CAVALIERI FILHO, 2008, p. 137).

A responsabilidade civil contratual se origina da inexecução contratual, resultando de ilícito contratual, ou seja, a falta de adimplemento ou da mora no cumprimento de qualquer obrigação. Já a responsabilidade civil extracontratual, também chamada de aquiliana, resulta-se do inadimplemento normativo, ou seja, à prática de um ato ilícito que origine dano a outrem, sem que possua, contudo, qualquer vínculo contratual entre as partes.

A diferença entre estas é que na contratual a responsabilidade decorre de um descumprimento de obrigação estabelecida contratualmente, em que um dos contratantes causa um dano ao outro, dano este originário do inadimplemento de uma obrigação antes estabelecida no contrato (PAMPLONA e STOLZE, 2005).

4.2.1 Responsabilidade contratual e extracontratual

Para Cavalieri Filho (2010), a responsabilidade civil contratual e o dever de indenizar surgem com o descumprimento de um vínculo obrigacional decorrente de um contrato, já na responsabilidade civil extracontratual, surgirá com a transgressão de um dever jurídico imposto pela lei, no entanto, fora de um contrato, ou seja, dos negócios jurídicos.

Gagliano e Pamplona Filho explicam:

Quem infringe dever jurídico lato sensu fica obrigado a reparar o dano causado. Esse dever passível de violação, porém, pode ter como fonte tanto uma obrigação imposta por um dever geral do Direito ou pela própria lei quanto uma relação negocial preexistente, isto é, um dever oriundo de um contrato. O primeiro caso é conhecido como responsabilidade civil aquiliana, enquanto o segundo é a epigrafada responsabilidade civil contratual. (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2008, p. 17)

Tem-se, portanto, na responsabilidade civil contratual uma violação de normal contratual convencionada previamente entre as partes e na responsabilidade civil extracontratual, por sua vez, não existe vínculo jurídico entre as partes, mas sim uma violação direta de uma norma legal.

4.2.2 Responsabilidade subjetiva e objetiva

A responsabilidade civil também pode ser classificada como responsabilidade civil subjetiva, fundada na culpa e a responsabilidade civil objetiva, onde não exige a presença do elemento culpa, levando-se em consideração a obrigação de reparar o dano.

A responsabilidade civil, nas palavras de Carlos Roberto Gonçalves, é subjetiva “quando se esteia na ideia da culpa. A prova da culpa do agente passa a ser pressuposto necessário do dano indenizável. Dentro dessa concepção, a responsabilidade do causador do dano somente se configura se agiu com dolo ou culpa” (GONÇALVES, 2011, p.21).

Já sobre a responsabilidade civil objetiva, esclarece Gonçalves: “sem prejuízo da adoção da responsabilidade objetiva, em dispositivos vários e esparsos (...). Isto

significa que a responsabilidade objetiva não substitui a subjetiva, mas fica circunscrita aos seus justos limites” (GONÇALVES, 2011, p. 23).

Dessa forma, é notório que a distinção entre a responsabilidade civil subjetiva e a responsabilidade objetiva reside no elemento culpa, servindo de fundamento, ou não, na obrigação de reparação do dano.

4.3 Pressupostos: ato ilícito/culpa, nexos causal e dano

Para que haja a possibilidade de indenização é necessário reunir alguns requisitos: ato ilícito, nexos causal e o dano, sendo obrigatória para que se configure a responsabilização civil.

Os pressupostos da Responsabilidade Civil estão disciplinados no art. 186 do Código Civil Brasileiro que dispõe: “Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.” (BRASIL, 2002, p. 173).

Para que haja a obrigação de indenizar, Cavalieri Filho explica que são necessários os pressupostos:

Há primeiramente um elemento formal, que é a violação de um dever jurídico mediante conduta voluntária; um elemento subjetivo, que pode ser o dolo ou a culpa; e ainda, um elemento causal-material, que é o dano e a respectiva relação de causalidade. (CAVALIERI FILHO, 2014, p. 33)

Assim, faz-se necessário a análise de cada um desses pressupostos para que se haja uma melhor compreensão sobre a responsabilização civil, bem como a ocorrência deles na hipótese de abandono afetivo.

4.3.1 Ato ilícito/Culpa

Diniz (2001) leciona que o ato ilícito é o cometido em divergência com o ordenamento jurídico pelo agente, que poderia ter agido de forma coerente e de

acordo com a legislação, mas não o fez. Explica ainda, que o ato ilícito está vinculado à culpa, esta não ocorrendo, não haverá responsabilidade sobre o ato.

Para que ocorra a responsabilização do dano através da conduta do agente reprovável ou censurável, é necessária a comprovação da culpa. Nesse sentido observamos que o ato ilícito qualifica-se pela culpa, ou seja, não comprovada à culpa, não poderá o agente ser responsabilizado sobre o ato.

O Código Civil ao se referir ao art. 186, sobre o ato ilícito estabelece a obrigação de indenizar danos causados à vítima. Assim, a Lei impõe a quem o praticar o dever de reparar o prejuízo resultante (DINIZ, 2003, p. 40).

O ato ilícito, portanto, nada mais é que a conduta do agente contrária ao ordenamento jurídico, ocasionando efeitos contra quem cometeu tal ato.

4.3.2 Nexo causal

Também indispensável para que se possa existir a possibilidade de responsabilização civil, o nexos causal nada mais é do que a conduta do agente, que pode ser comissiva ou omissiva e o dano sofrido pela vítima.

Segundo o ensinamento de Roberto Gonçalves (2015, p.54), a relação de causalidade:

É a relação de causa e efeito entre a ação ou omissão do agente e o dano verificado. Vem expressa no verbo “causar” utilizado no art. 186. Sem ela, não existe a obrigação de indenizar. Se houve o dano, mas sua causa não está relacionada com o comportamento do agente, inexistente a relação de causalidade e também a obrigação de indenizar.

Assim, é necessário O nexos causal para que se possa atribuir a culpa do dano ao indivíduo que originou o mesmo.

Por fim, está mais que claro que o elo entre a conduta ilícita e o dano é indispensável para à análise da responsabilidade civil por abandono afetivo de idosos.

4.3.4 Dano

Outro pressuposto indispensável para a configuração da responsabilidade civil é o dano, sendo ele o prejuízo causado a outra pessoa.

Para Diniz (2011), o dano pode ser definido como a lesão (diminuição ou destruição) que devido a um certo evento, sofre uma pessoa, contra sua vontade, em qualquer bem ou interesse jurídico, patrimonial ou moral.

Complementa a autora:

O dano é um dos pressupostos da responsabilidade civil, contratual ou extracontratual, visto que não poderá haver ação de indenização sem a existência de um prejuízo. Só haverá responsabilidade civil se houver dano a reparar. Isto é assim porque a responsabilidade resulta em obrigação de ressarcir, que, logicamente, não poderá concretizar-se onde nada há que reparar (DINIZ, 2011, p. 77).

Nesse mesmo sentido, ainda sobre o conceito de dano, Gagliano e Filho ponderam:

Nestes termos, poderíamos conceituar o dano ou prejuízo como sendo a lesão a um interesse jurídico tutelado – patrimonial ou não -, causado por ação ou omissão do sujeito infrator. Note-se, neste conceito, que a configuração do prejuízo poderá decorrer da agressão a direitos ou interesses personalíssimos (extrapatrimoniais), a exemplo daqueles representados pelos direitos da personalidade, especialmente o dano moral (GAGLIANO E FILHO, 2015, p. 82).

Por sua vez, o dano pode ser de natureza: material ou patrimonial e extrapatrimonial ou moral.

O dano material ou patrimonial é aquele que atinge bens materiais do ofendido, ou seja, objetos em geral. Entretanto, este dano é passível de avaliação econômica e de indenização. Por exemplo, quando os filhos não prestam alimentos ao pai idoso, sendo este o sujeito que sofre o dano direto.

O dano patrimonial vem a ser a lesão concreta que afeta um interesse relativo ao patrimônio da vítima, consistente na perda ou deterioração, total ou parcial, dos bens materiais que lhe pertencem, sendo suscetível de avaliação pecuniária e de indenização pelo responsável. (DINIZ, 2011, p. 84)

Já o dano extrapatrimonial ou moral decorre de uma ofensa aos direitos da personalidade, ou seja, de ordem moral, atingindo a esfera íntima da vítima, como

por exemplo, os direitos personalíssimos, como a vida, a dignidade, a liberdade, a intimidade, o nome, etc.

A Constituição Federal prevê a possibilidade de indenização por dano moral em seu artigo 5º incisos V e X:

Art. 5º Todo são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade, nos termos seguintes:

V - e assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou a imagem;

X - São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando a indenização por dano material ou moral decorrente de sua violação (BRASIL, 1988, p. 6).

Nesse sentido, quando um filho insulta um pai, agride sua honra e moral, lhe nega afeto, estará lesionando um direito assegurado ao idoso, gerando então o dever de indenizar.

4.4 Análise jurisprudencial acerca de responsabilização civil por abandono afetivo

O abandono afetivo pode se conceituar como sendo uma causa clara de violação aos direitos da personalidade dos filhos que dependem não só do aspecto material, como também o aspecto afetivo em relação aos pais. Sendo uma relação recíproca, pois faz necessário que o afeto seja recíproco no caso do abandono afetivo inverso.

Hironaka conceitua o abandono afetivo como: “[...] omissão dos pais, ou de um deles, pelo menos relativamente ao dever de educação, entendido este na sua acepção mais ampla, permeado de afeto, carinho, atenção, desvelo [...]”.

Já o dano moral, Segundo o doutrinador Carlos Roberto Gonçalves, ao conceituar o dano moral assevera que:

Dano moral é o que atinge o ofendido como pessoa, não lesando seu patrimônio. É lesão de bem que integra os direitos da personalidade, como a honra, a dignidade, intimidade, a imagem, o bom nome, etc., como se infere dos art. 1º, III, e 5º, V e X, da Constituição Federal, e que acarreta ao lesado dor, sofrimento, tristeza, vexame e humilhação (GONCALVES, 2009, p.359).

Nesse sentido, dano moral é um prejuízo imaterial, ou seja, o que é atingido pelo ato ilícito é o psicológico da vítima, causando-lhe dor, sofrimento e angústia que vão além do mero aborrecimento e dos transtornos normais da vida cotidiana. É provocado geralmente por uma conduta ilícita, dolosa ou culposa, que viola o direito ao nome, à imagem, a privacidade, à honra, à boa fama e a dignidade da pessoa.

O reconhecimento do abandono afetivo (dos pais para os filhos) que ensejam dano moral, já é uma realidade na jurisprudência atual.

Nesse viés, no dia 24 de abril de 2012, julgou o STJ no recurso especial nº 1.159.242/2012-SP, trazendo inovações ao ordenamento jurídico, pois reconheceu o afeto como valor jurídico e concedeu à filha indenização proveniente do abandono afetivo pelo pai. Segue abaixo parte do Voto da Ministra Nancy Andrighi, que exemplifica a reparação civil na filiação por abandono afetivo:

STJ - REC.ESP. Nº 1.159.242/2012- SP- RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. FAMÍLIA. FILHO. PODER FAMILIAR. ABANDONO AFETIVO. COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL. POSSIBILIDADE. BUSCA A LIDE EM DETERMINAR SE O ABANDONO AFETIVO DA RECORRIDA, LEVADO A EFEITO PELO SEU PAI, AO SE OMITIRDA PRÁTICA DE FRAÇÃO DOS DEVERES INERENES À PATERNIDADE, CONSTITUI ELEMENTE SUFICIENTE PARA A CARACTERIZAR DANO MORAL COMPENSÁVEL. VERBA FIXADA EM R\$ 200.000,00. CF/88, ARTS 5, V E X E 227. CCB/2002, ARTS 186, 927, 1634, II E 1638, II, CF/88, ART 227.1. Inexistem restrições legais à aplicação das regras concernentes à responsabilidade civil e o consequente dever de indenizar/compensar no Direito de Família. 2. O cuidado como valor jurídico objetivo está incorporado no ordenamento jurídico brasileiro não com essa expressão, mas com locuções e termos que manifestam suas diversas desinências, como se observa do art. 227 da CF/88. 3. Comprovar que a imposição legal de cuidar da prole foi descumprida implica em se reconhecer a ocorrência de ilicitude civil, sob a forma de omissão. Isso porque o non facere, que atinge um bem juridicamente tutelado, leia-se, o necessário dever de criação, educação e companhia – de cuidado – importa em vulneração da imposição legal, exsurgindo, daí a possibilidade de se pleitear compensação por danos morais por abandono psicológico. 4. Apesar das inúmeras hipóteses que minimizam a possibilidade de pleno cuidado de um dos genitores em relação à sua prole, existe um núcleo mínimo de cuidados parentais que, para além do mero cumprimento da lei, garantam aos filhos, ao menos quanto à afetividade, condições para uma adequada formação psicológica e inserção social. 5. A caracterização do abandono afetivo, a existência de excludentes ou, ainda, fatores atenuantes – por demandarem revolvimento de matéria fática – não podem ser objeto de reavaliação na estreita via do recurso especial. 6. A alteração do valor fixado a título de compensação por danos morais é possível, em recurso especial, nas hipóteses em que a quantia estipulada pelo Tribunal de

origem revela-se irrisória ou exagerada. 7. Recurso especial parcialmente provido.

Essa decisão ganhou destaque, por ser a primeira condenação por abandono afetivo no Brasil.

Em outros posicionamentos jurisprudenciais, faz-se necessário trazer o posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, demonstrando os direitos e garantias referentes aos idosos:

Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO DE FAMÍLIA. MEDIDA DE PROTEÇÃO A IDOSO. EM POSSÍVEL SITUAÇÃO DE RISCO E ABANDONO FAMILIAR. SOLIDARIEDADE DO SENTES PÚBLICOS. ENTENDIMENTO PACÍFICO DESTA CORTE E DOS TRIBUNAIS SUPERIORES Segundo o Estatuto do Idoso, este goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata o estatuto, assegurando-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (art. 2º) RECURSO DESPROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70071671812, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Liselena Schifino Robles Ribeiro, Julgado em 26/10/2016)

Vale ressaltar, que não estamos tratando de obrigação jurídica de amar, de prestar auxílio imaterial, mas a convivência familiar e o amparo são direitos resguardados por lei e devem ser respeitados.

Entretanto, quando tratamos de indenização por danos morais decorrentes de abandono afetivo é importante frisar que não existe unanimidade nos Tribunais, pois o dano moral existe extrema cautela no Direito de Família. Nesse sentido, perante o assunto de forma contrária:

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ABANDONO MATERIAL, MORAL E AFETIVO. ABALO EMOCIONAL PELA AUSÊNCIA DO PAI. O pedido de reparação por dano moral no Direito de Família exige a apuração criteriosa dos fatos e o mero distanciamento afetivo entre pais e filhos não constitui situação capaz de gerar dano moral, nem implica ofensa ao (já vulgarizado) princípio da dignidade da pessoa humana, sendo mero fato da vida. Embora se viva num mundo materialista, nem tudo pode ser resolvido pela solução simplista da indenização, pois afeto não tem preço, e valor econômico nenhum poderá restituir o valor de um abraço, de um beijo, enfim de um vínculo amoroso saudável entre pai e filho, sendo essa perda experimentada tanto por um quanto pelo outro.

RECURSO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70067498436, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Liselena Schifino Robles Ribeiro, Julgado em 03/12/2015).

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL EM RAZÃO DE ABANDONO AFETIVO À FILHA. DESCABIMENTO. No Direito de Família, o dano moral é, em tese, cabível. No entanto, imprescindível que haja a configuração do ato ilícito. O distanciamento do varão em relação à filha não constitui motivo para fundamentar a indenização por dano moral, sendo tal fato um acontecimento bastante recorrente, um fato da vida, apesar de lamentável. Embora seja plausível que a autora tenha sofrido pela ausência do pai, essa situação não pode ser atribuída ao genitor somente, a ponto de levar à obrigação de indenizar. Ademais, em que pese reprovável, a conduta do demandado não se enquadra no conceito jurídico de ato ilícito, que gera o dever de indenizar. NEGARAM PROVIMENTO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70064744196, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Julgado em 16/07/2015).

Mas, como vimos o STJ é favorável à indenização e responsabilidade dos pais e filhos. Assim, deve-se levar em consideração o seu posicionamento:

O abandono afetivo decorrente da omissão do genitor no dever de cuidar da prole constitui elemento suficiente para caracterizar dano moral compensável. Isso porque o non facere que atinge um bem juridicamente tutelado, no caso, o necessário dever de cuidado (dever de criação, educação e companhia), importa em vulneração da imposição legal, gerando a possibilidade de pleitear compensação por danos morais por abandono afetivo. Consignou-se que não há restrições legais à aplicação das regras relativas à responsabilidade civil e ao conseqüente dever de indenizar no Direito de Família e que o cuidado como valor jurídico objetivo está incorporado no ordenamento pátrio não com essa expressão, mas com locuções e termos que manifestam suas diversas concepções, como se vê no art. 227 da CF. O descumprimento comprovado da imposição legal de cuidar da prole acarreta o reconhecimento da ocorrência de ilicitude civil sob a forma de omissão. É que, tanto pela concepção quanto pela adoção, os pais assumem obrigações jurídicas em relação à sua prole que ultrapassam aquelas chamadas *necessarium vitae*. É consabido que, além do básico para a sua manutenção (alimento, abrigo e saúde), o ser humano precisa de outros elementos imateriais, igualmente necessários para a formação adequada (educação, lazer, regras de conduta etc.). O cuidado, vislumbrado em suas diversas manifestações psicológicas, é um fator indispensável à criação e à formação de um adulto que tenha integridade física e psicológica, capaz de conviver em sociedade, respeitando seus limites, buscando seus direitos, exercendo plenamente sua cidadania. A Min. Relatora salientou que, na hipótese, não se discute o amar - que é uma faculdade - mas sim a imposição biológica e constitucional de cuidar, que é dever jurídico, corolário da liberdade das pessoas de gerar ou adotar filhos.

Ressaltou que os sentimentos de mágoa e tristeza causados pela negligência paterna e o tratamento como filha de segunda classe, que a recorrida levará ad perpetuam, é perfeitamente apreensível e exsurgem das omissões do pai (recorrente) no exercício de seu dever de cuidado em relação à filha e também de suas ações que privilegiaram parte de sua prole em detrimento dela, caracterizando o dano in re ipsa e traduzindo-se, assim, em causa eficiente à compensação. Com essas e outras considerações, a Turma, ao prosseguir o julgamento, por maioria, deu parcial provimento ao recurso apenas para reduzir o valor da compensação por danos morais de R\$ 415 mil para R\$ 200 mil, corrigido desde a data do julgamento realizado pelo tribunal de origem. REsp 1.159.242-SP, Rel. Min. Nancy Andriahi, julgado em 24/4/2012.

A Turma, por maioria, conheceu do recurso e deu-lhe provimento para afastar a possibilidade de indenização nos casos de abandono afetivo, como dano passível de indenização. Entendeu que escapa ao arbítrio do Judiciário obrigar alguém a amar ou a manter um relacionamento afetivo, que nenhuma finalidade positiva seria alcançada com a indenização pleiteada. Um litígio entre as partes reduziria drasticamente a esperança do filho de se ver acolhido, ainda que, tardiamente, pelo amor paterno. O deferimento do pedido não atenderia, ainda, o objetivo de reparação financeira, porquanto o amparo, nesse sentido, já é providenciado com a pensão alimentícia, nem mesmo alcançaria efeito punitivo e dissuasório, porquanto já obtidos com outros meios previstos na legislação civil. REsp 757.411-MG, Rel. Min. Fernando Gonçalves, julgado em 29/11/2005.

Desta forma, já existe um entendimento consolidado sendo possível a indenização por abandono afetivo de um filho pelo genitor, podendo também ser aplicada no abandono afetivo inverso (dos filhos para com os pais).

4.5 A Responsabilidade civil decorrente do abandono afetivo dos ascendentes idosos

O dever de cuidado dos filhos em relação aos pais idosos está previsto em especial na Constituição Federal e no Estatuto do Idoso, visando proteger e resguardar o direito dos idosos.

Conforme explica Azevedo (2004, p.14):

O descaso entre pais e filhos é algo que merece punição, é abandono moral grave, que precisa merecer severa atuação do Poder Judiciário, para que se preserve não o amor ou a obrigação de amar, o que seria impossível, mas a responsabilidade ante o descumprimento do dever de cuidar, que causa o trauma moral da rejeição e da indiferença.

Nota-se que dentre os direitos assegurados ao idoso, está o direito a convivência familiar, sendo então um dever legal dos filhos propiciar aos pais na velhice a convivência familiar, podendo configurar à prática de um ilícito por desrespeitar tal norma.

Haverá ato ilícito quando os filhos privem os pais de companhia, visitação e apoio psicológico. Trata-se de uma responsabilidade parental mútua. A par da obrigação filial de prestar alimentos aos pais idosos e necessitados, é pertinente frisar que o direito fundamental à convivência é tutelável em prol dos ancestrais e o seu descumprimento revela um comportamento em contradição com a Constituição Federal, devendo ser sancionado pelo sistema civil (ROSENVALD, 2014, p. 54).

Nesse contexto, o abandono afetivo sendo constatado como um ato ilícito surgirá à possibilidade de responsabilização civil. Sendo necessário que é preciso estar presente os pressupostos da responsabilidade civil, quais sejam: o dano e o nexos causal.

Pondera Cardin, a possibilidade de indenização em face de abandono afetivo do idoso:

Os filhos, quando maiores, em caso de necessidade dos pais, tem o dever de prover a subsistência deles, amparando-os no que for preciso, sob pena de responder por crime previsto no Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003). Mas infelizmente muitos idosos são abandonados a própria sorte e levados para asilos. Teriam direito a um pensionamento e também a indenização por danos morais (CARDIN, 2012, p. 240).

Dessa maneira, conforme nosso ordenamento jurídico e a teoria da responsabilização em caso de abandono afetivo de idoso é possível a aplicação de responsabilidade civil.

O dever de assistência moral dos filhos em relação aos pais, quando descumprido geram danos emocionais incomensuráveis. Em 2008, foi apresentado pelo deputado Carlos Bezerra explicita os danos causados pelo abandono afetivo de idosos em seu projeto de lei nº 4294/2008 sobre o assunto:

No caso dos idosos, o abandono gera um sentimento de tristeza e solidão, que se reflete basicamente em deficiências funcionais e no agravamento de uma situação de isolamento social mais comum nessa fase da vida. A falta de intimidade compartilhada e a pobreza de afetos e de comunicação tendem a mudar estímulos de interação social do idoso e de seu interesse com a própria vida.

Por sua vez, se é evidente que não se pode obrigar filhos e pais a se amar, deve-se ao menos permitir ao prejudicado o recebimento de indenização pelo dano causado.

A reparação por abandono afetivo nas relações familiares tem condão de desempenhar papel pedagógico, pois é certo que a indenização por si só não gera amor.

Nesse diapasão, esclarece Aquino (2015, p. 12):

Não se trata de “dar preço ao amor”, mas sim alcançar a função punitiva e dissuasória da contenção de comportamentos que ofendam a solidariedade familiar, de maneira a conscientizar os descendentes para o dever de cuidado com os ascendentes e sinalizando para ele, e outros, que sua conduta deve ser cessada e evitada, por ser reprovável.

Sobre o assunto, Tartuce (2007), sobre o abandono afetivo não pode estar voltado tão somente no afeto, mas sim, em uma análise técnico-jurídica que pelo desrespeito a um dever jurídico haverá a presença de lesão a um direito alheio.

Contudo, mesmo que a indenização não gere afeto, quando se há a reparação do dano sofrido pela pessoa idosa, o objetivo na verdade é desmotivar a prática da conduta que atente contra o direito dos idosos, buscando minimizar o sofrimento da pessoa idosa com a falta da convivência familiar, propiciando meios para que se tenha uma vida digna, plena e feliz.

Portanto, a responsabilização transcende os interesses individuais e busca atingir a coletividade. Visando conscientizar a sociedade acerca de tais direitos, bem como educar os cidadãos a tratar com dignidade, respeitando e amparando os idosos.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como tema central a possibilidade de responsabilização civil decorrente do abandono afetivo de idoso, no sentido de poder gerar indenização, para isso, foi abordado desde o surgimento da família, dos direitos que surgiram dos idosos com base na Constituição Federal e princípios até os dias atuais, trazendo posicionamento dos Tribunais com relação à questão.

Percebe-se que mesmo com o surgimento de diversos direitos assegurados a pessoa idosa, dentre eles o da convivência familiar, no Brasil ainda existe um número crescente de idosos que são abandonados diariamente, principalmente em asilos, por seus familiares de forma desumana, sem a mínima demonstração de carinho e afeto, demonstrando então o desrespeito ao dever legal de cuidado.

Nesse sentido, foi feita uma análise do instituto de responsabilidade civil, que através da violação ao dever legal de cuidado, pode-se haver a possibilidade de reparação civil.

Desta forma, através de uma pesquisa bibliográfica e documental, conclui-se que é obrigação dos filhos aparaem seus pais na velhice, tanto moralmente como materialmente, gerando assim a indenização no caso de abandono.

Destarte, através dos pressupostos da responsabilidade civil: ato ilícito/culpa, nexo causal e o dano, podendo ser verificado a possibilidade de um filho que abandona o pai idoso reparar o dano. Tendo este dever de reparação/indenização um caráter punitivo, compensatório e educativo, desmotivando a prática da conduta de privar a convivência familiar do indivíduo da terceira idade.

Nesse contexto, todos devem zelar para que seus direitos sejam garantidos: o Estado, a sociedade e, principalmente a família.

Fica-se então evidenciado que os idosos estão amplamente amparados por nosso ordenamento jurídico desde e, portanto, é um direito inerente a toda pessoa idosa buscar eventual reparação por sofrimentos causados pelo abandono afetivo ou material causado pelo filho.

É importante ressaltar que o princípio da solidariedade gera o dever de cuidado entre os membros da família, valorizando assim as relações afetivas de atenção e apoio físico e moral, sendo estes deveres de assistência imaterial.

Assim, busca-se através dos mecanismos da responsabilidade civil, efetivar os direitos assegurados no ordenamento jurídico e, principalmente, garantir o princípio da dignidade da pessoa humana.

Conclui-se que o dever é recíproco na relação entre pais e filhos. Nesse sentido, não resta dúvidas de que ninguém é obrigado a amar ou sentir carinho por outra pessoa, mas deve o direito de ao menos sancionar aqueles que não cumprem o dever de amparo mínimo necessário à dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Leonardo Gomes de. O direito do idoso a ser indenizado por falta de cuidados dos descendentes. **Revista de Direito de Família e das Sucessões**, Porto Alegre, v. 6/2015, Out-Dez. 2015.

AZEVEDO, Álvaro Villaça; VENOSA, Silvio de Salvo. **Código Civil Anotado e Legislação Complementar**. Editora Atlas, 2004.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2018.

BRASIL. **Estatuto do Idoso**. São Paulo: Saraiva, 2018.

CARDIN, Valéria Silva Galdino. **Dano Moral no Direito de Família**. São Paulo: Saraiva, 2012.

CARDOSO. Alenilton da Silva. **Princípio da solidariedade: o paradigma ético do direito contemporâneo**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira. 2010.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil**. 8 ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2010.

COELHO. Fábio Ulhoa. **Curso de direito civil: responsabilidade civil**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

COSTA, S. A. da. **Artigo de revisão: Uma abordagem sobre a evolução histórica da família enquanto instituto jurídico**. Pombal, Paraíba, v. 4, n.1, jan.-dez., 2017.

CRISAFULLI, Pedro Henrique de Assis. **O direito de família e a filosofia eudemonista**. 2011. Monografia de Graduação. UNIPAC, Barbacena. Disponível em: <unochapeco. Edu. Br/static/data/portal/downloads/1217. Pdf>. Acesso em 16 de outubro de 2018.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 4ª ed., 2007.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 15. Ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

_____. **Curso de Direito Civil Brasileiro: responsabilidade civil**. v. 7. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

GAGLIANO, Pablo Stolze e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil: Contratos**. Vol. IV. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. **Novo Curso de Direito Civil: responsabilidade civil**. v. III. 6. ed. rev e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. **Novo curso de direito civil**. 11. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. **Novo Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil**. 13. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. vol. 3.

_____. **Manual de Direito Civil**. Volume único. São Paulo: Editora Saraiva. 2017.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade Civil**. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. **Direito civil brasileiro**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

HIRONAKA, Giselda. **Responsabilidade civil na relação paterno-filial**. Disponível em <<http://jus.com.br/artigos/4192/responsabilidade-civil-na-relacao-paterno-filial/2>>. Acesso em 04 de nov de 2018.

LECLERCQ, Jacques. **La Famille**. Emérico da Gama (tradução). São Paulo: Quadrante/USP, 1968.

MADALENO, Rolf. **Curso de Direito de Família**. 4. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

MERCADANTE, Elisabeth. F. **A Construção da Identidade e da Subjetividade do Idoso**. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1997.

MIRANDA. **Tratado de Direito de Família**. Campinas: Bookseller, 2001.

RIOS, Roger Raupp. Dignidade da Pessoa Humana, Homossexualidade e Família: reflexões sobre as uniões de pessoas do mesmo sexo. In: MARTINS-COSTA, Judith. **A Reconstrução do Direito Privado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil: Direito de família**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **Direito civil**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

ROSENVALD, Nelson. O ilícito omissivo parental: As três travessias. **Revista IBDFAM: Família e Sucessões**, Belo Horizonte, v.4, Jul-Ago. 2014.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

Superior Tribunal de Justiça, disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,responsabilidade-civil-dos-pais-por-abandono-afetivo-aos-filhos,590717.html>. Acesso em 24 de out. de 2018.

Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo/?acao=pesquisar&livre=abandono+afetivo+&operador=e&b=INFJ&thesaurus=JURIDICO>. Acesso em: 17 de out. de 2018. Acesso em 21 de out. de 2018.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil**. v. 2. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

_____. **Manual de Direito Civil**. São Paulo: Método, 2011.

TEIXEIRA, Leônia Cavalcante; PARENTE, Flávia Soares; BORIS, Georges Daniel Bloc. **Novas Configurações Familiares e suas Implicações Subjetivas: Reprodução Assistida e família Monoparental Feminina**. 2009. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/revistapsico/article/view/2848/4138>. p. 2. Acesso em: 01. Out. 2018.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, disponível em: www.tjrs.jus.br. Acesso em: 16 de nov. de 2016.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil: direito de família**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VILAS BOAS, Marco Antonio. **Estatuto do idoso comentado**. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

Dados disponíveis em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>>. Acesso em 18 de out. de 2018.